

“Podemos machucá-los”, dizia Brainard em março

por Claudia de Souza
de São Paulo

O economista Lawrence J. Brainard, vice-presidente sênior da Bankers Trust Company, “holding” do Bankers Trust New York Corporation, chega ao Brasil nesta segunda-feira na qualidade de chefe da missão técnica do comitê de bancos credores. Sua tarefa é clara: obter o máximo de informações, examinando dados, argumentos, equações e modelos, sobre como está sendo calculada pelo governo brasileiro a capacidade do Brasil de pagar sua dívida externa, apresentada pela primeira vez na história de difícil relação entre as duas partes como ponto inegociável.

Brainard esteve no Brasil em março deste ano, quando conversou com clientes multinacionais, participou de um seminário e gastou dois dias conversando com funcionários do Banco Central, ajudando, como declarou na ocasião, a traduzir para o inglês as medidas econômicas divulgadas no dia 16 de março.

“Não há nada que o Brasil possa fazer para nos machucar, mas existe muita coisa que nós podemos fazer para machucar vocês”, declarou então o executivo, falando a este jornal sobre a intenção do governo brasileiro, explicitada desde a eleição de Collor, de que o Brasil não pagaria mais do que US\$ 5 bilhões em 1990 em remessas relativas ao serviço da dívida.

Desde então a disposição brasileira de atender a exigências dos credores comerciais estreitou-se consideravelmente. Podem ser esperadas, portanto, declarações ainda mais estriantes por parte desse funcionário do Bankers Trust, que não é um dos principais credores do Brasil — como são o Bank of America, o Manufacturers Trust ou o Salomon Brothers —, mas que já foi obrigado a fazer volumosas provisões para perdas com empréstimos a países em fase de refinanciamento de dívida, tanto no ano passado quanto no último semestre.

Brainard também participou, do lado dos bancos

comerciais, na negociação que resultou no acordo do México de redução de dívida. Quando analisa exemplos que deveriam ser seguidos pelo Brasil, porém, Brainard costuma dizer que prefere o modelo de acordo que a Venezuela fechou com os bancos no início do ano. Ele dirá também que o Brasil deveria voltar a obedecer os termos do acordo firmado com a comunidade financeira internacional em 1988. Em março, ao recitar num seminário em São Paulo seu “paper” recheado de tabelas e gráficos sobre o fluxo de capital estrangeiro para os países da América Latina, Brainard já argumentava que a disposição do governo brasileiro de pagar apenas volumes que não comprometam suas metas de crescimento econômico era “inconsistente”, afirmando que o Brasil não pode ignorar a necessidade de restabelecer credibilidade e confiança junto à comunidade financeira internacional, possibilitando dessa forma o fluxo de capital externo de que necessita.

Esse dinheiro novo — Brainard admitia — não virá dos bancos, às voltas com seus próprios problemas de insolvência. Diga o que disser esse funcionário do Bankers Trust, sua missão não vai além da coleta de subsídios para a contrargumentação que os bancos deverão apresentar ao governo brasileiro em reuniões futuras.